

MEMÓRIA

Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do SISA

Data/Horário: 17 de setembro de 2015, de 09:00 às 15:00 horas.

Local: Centro de Formação dos Povos da Floresta - Comissão Pro Índio, Rio Branco-AC. Estrada Transacreana, s/nº.

Pauta:

1. Atividades realizadas em 2014 e 2015: Bolsa AAFIs; Curso de formação; monitoramento nas aldeias.
2. Edital Indígena; situação dos projetos.
3. Salvaguardas.
4. Missão de monitoramento KfW.

Síntese dos assuntos tratados:

Magaly, do Instituto de Mudanças Climáticas, iniciou a reunião às 9 horas, falando das dificuldades de organizar uma agenda para o primeiro semestre de 2015, devido a cheia histórica, ocorrida em quase todo o estado do Acre. Comentou sobre os desafios de tratar a composição do GTI; das mudanças ocorridas no governo; e apresentou os objetivos da reunião, a saber:

(1) Informar os resultados e avanços do SISA – enfoque indígena; (2) Resultados REDD – *Early Movers*; (3) Planejar atividades para 2015.

Após a apresentação dos presentes, solicitou aos representantes da AMAAIAC que falassem sobre o convênio firmado, que disponibilizava recursos para o pagamento das bolsas e sobre o monitoramento do trabalho dos AAFIs nas Terras Indígenas; e aos representantes da CPI/AC que falassem sobre o curso de formação de AAFIs ocorrido em 2014; e aos demais participantes, que fizessem seus comentários.

Francisca, uma das representantes da AMAAIAC, iniciou falando que em 2014 foi firmado um convênio com a SEDENS com recurso do programa REM/KFW para apoiar o trabalho dos agentes agroflorestais indígenas, viabilizando o pagamento de bolsas para 149 agentes. Informou que desses 149, quarenta AAFI com formação no ensino médio ou próximos de se formarem recebiam uma bolsa de 1.100 reais, enquanto 109 AAFI recebiam 500 reais. Explicou que a diferença desses valores atendiam a critérios da AMAAIAC, como por exemplo, o nível de formação e os serviços prestados na comunidade. Disse que em 2014 e 2015, representantes da AMAAIAC visitaram algumas terras indígenas para monitoramento das atividades dos AAFIs, relacionados a recuperação de capoeiras, diagnóstico socioambiental, levantamento dos SAFs, levantamento da população atingida etc.; e que naquele momento

estariam sistematizando tais informações para apresentar aos parceiros e na COP 21. No total, visitaram dezessete terras indígenas. Destacou o trabalho do AAFI Gilberto, no rio Gregório. Diagnosticaram que há aldeias e AAFIs em diversas fases do trabalho. Planejaram visita ao Purus, ainda em 2015.

Informou que a equipe de monitoramento foi composta por indígenas e que pretendiam divulgar as informações em diversos formatos: vídeo, banner, informativo, sítio na internet. Disse que a AMAAIAC acompanhava a situação dos AAFIs, daqueles que estavam formados, assim como daqueles que deixaram o trabalho e dos que se interessavam pelo trabalho. Declarou terem gasto sete mil reais na compra de mudas e que essas mudas foram plantadas em áreas de capoeira, promovendo o reflorestamento e que já havia vinte resultados desse tipo. Solicitou reunião com gestores do IMC, AEPI, SEMA, para discutir um termo aditivo de prazo para continuidade de aplicação dos recursos durante o ano de 2016.

Acrescentou que a AMAAIAC estava sendo frequentemente chamada para expor resultados. Falou da participação que teve em reunião na Espanha e dos convites para troca de experiências em eventos de outros estados do Brasil, como o de Rondônia, em 26 de setembro e de Tocantins.

Edilson Puá Katukina, agente agroflorestal da TI Katukina do Campinas, participou da equipe da AMAAIAC nas viagens de acompanhamento às Terras indígenas; falou da sua experiência com a orientação aos Katukina sobre desmatamento; disse que mudaram seus hábitos de cultivo, a partir da AMAAIAC, com a implantação de SAFs e aproveitamento de capoeiras, em vez de abrir novas áreas. Informou que participou da visita à região do Alto Purus e que considerava o trabalho dos AAFIs muito importante.

Eldo (Baku Shanenawa) considerou o acompanhamento do programa por técnicos indígenas muito importante; disse que isso fazia com que os trabalhos fossem desenvolvidos de forma muito melhor, pois antigamente era preciso que técnicos brancos fizessem o trabalho de acompanhamento de atividades e atualmente os índios estavam capacitados para fazê-lo. Sugeriu regionalizar o trabalho, considerando o tipo de área que estaria sendo utilizada por causa dos incentivos; considerou que aqueles trabalhos estavam sendo feitos para próximas gerações, mas ao mesmo tempo já havia muitos resultados atuais positivos.

Magaly falou da reunião da GCF 2014 e disse que na reunião de 2015 houve a participação de mais governadores, com a liderança do Governador do Acre.

Aderaldo falou da ampliação da visão que os indígenas teriam desenvolvido, após os investimentos recebidos. Disse que estavam orgulhosos dos resultados. Elogiou muito os trabalhos da AMAAIAC. Solicitou que as capacitações fossem estendidas a mais outros indígenas, para dar maior apoio aos coordenadores que estavam em Rio Branco. Solicitou formação técnica. Disse que se preocupava com os rios que estavam secando e gostaria de entender cientificamente o processo das mudanças climáticas. Falou que precisavam apenas do apoio financeiro. Considerou que a bolsa de 500 reais era baixa, porém os índios trabalhavam com amor. Defendeu que a comunidade inteira deveria fazer o trabalho da AMAAIAC e declarou: “Somos todos AMAAIAC”.

Marcelo disse que as atividades seriam somatório de ações, políticas públicas, mas também de trabalho antigo dos agentes agroflorestais. Mencionou o monitoramento feito em projetos próprios dos índios, como o programa Petrobrás Ambiental, Fundo Amazônia, por exemplo. Completou dizendo que o REM, na parte do incentivo às comunidades indígenas, visualizava o SISA, um processo inovador que chegava para dar suporte ao conjunto de ações da sociedade civil. Acrescentou que o REM objetivava manter estoques de floresta, com diminuição do desmatamento. E que as atividades dos indígenas, juntamente com isso, reforçariam as estratégias. Disse haver momentos políticos importantes, como o da COP. Disse ainda que a estratégia do Acre seria distinta, que deveria ser mostrada para fora, o que evidenciaria uma estratégia diferenciada de empoderamento e de lidar com as mudanças climáticas. Considerou visualizar os trabalhos do SISA e os agentes agroflorestais como agentes daquela estratégia, com gestão de florestas, redução de emissões etc. Concluiu dizendo que aquela estratégia de bolsa estaria interligada a um conjunto de políticas que fortaleceriam a estratégia maior.

Malu deu informe sobre o curso de formação realizado com 39 AAFI, cujo projeto político pedagógico era reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação e pelo MEC. Disse da importância do trabalho dos AAFI, que estava muito relacionado à formação. Reforçou a relevância de o Estado ter reconhecido e disponibilizado recursos para o curso. Falou que não dava para dissociar a CPI/AC (com perfil técnico e trabalho de campo) do trabalho da AMAAIAC e que isso trazia legitimidade aos trabalhos. Comentou sobre o alto número de hectares recuperados a partir das atividades dos agentes agroflorestais.

Dande ponderou que os resultados seriam o número de AAFI formados e que os impactos seriam os hectares recuperados.

Malu falou do diálogo que os Agentes teriam desenvolvido com seus vizinhos, o que ajudaria a estender as ações. Falou do monitoramento, tema que teria surgido nos cursos de formação, a partir dos problemas que teriam vivido em conflitos com a caça e pesca ilegais; desmatamentos; índios isolados etc.

Dande falou da CDSA e informou que um dos temas com os quais ela trabalhava seria o desenvolvimento do subprograma indígena. Falou da série de encontros e oficinas de 2014, que culminaram em um documento técnico, que atualmente estava sendo analisado pela PGE. Declarou haver um GT coordenado pela Casa Civil, com o IMC, CDSA, SEMA, AEPI, PGE para gerar a minuta do decreto para criação do Subprograma Indígena, cuja versão final ele pretendia disponibilizar às partes interessadas, assim que estivesse pronta. Declarou estarem preocupados em como potencializar as formas de beneficiar os provedores indígenas de serviços ambientais, por meio do SISA.

Marcelo lembrou que o SISA previa as formas de repartição de benefícios; e que havia uma experimentação dessas formas, por meio do REM.

Laura apresentou-se como representante suplente da ASCY no GTI.

Magaly iniciou sua apresentação falando da política do SISA e que naquele momento havia 29 terras indígenas com planos de gestão. Acrescentou que todo trabalho de incentivo em terras

indígenas estava apoiado nos princípios e diretrizes do Planos de Gestão Ambiental e Territorial em áreas indígenas. Esclareceu que não faziam no Acre um Programa de REDD como os outros. Faziam um Programa de REDD+ floresta, sustentabilidade, redução de emissões, inclusão social, qualidade de vida. Disse que o SISA identificou os serviços ambientais que deviam ser valorados para efetivar a repartição de benefícios. Informou que um Grupo de Trabalho (GT) de Gênero ligado à CEVA estava sendo formulado, com representatividade orientada pela regionalização do Estado. Falou que haveria dez representantes, sendo duas (dois) de cada região.

Francisca elogiou o espaço que as comunidades indígenas tinham dentro do IMC. Disse que vinha acompanhando todas as ações do SISA relacionadas a questão indígena e que não havia aquele diálogo com outras secretarias.

Aderaldo solicitou que a convocatória das reuniões fosse realizada com três meses de antecedência. Falou que houve um planejamento com o Eufra a respeito da forma de convocar para as reuniões, em 2014. Afirmou que aquela discussão era muito boa e complexa; que gostaria que houvesse outras instâncias do governo envolvidas, fazendo parte. Ficou muito preocupado porque a apresentação da Magaly mostrava uma questão que envolvia atores não só no Brasil. Preocupava-se de que forma iriam acompanhar aquilo. Sugeriu estreitar a relação e a comunicação entre comunidades e governo.

Eldo falou que gostaria que fossem integrados os ribeirinhos na discussão; que o SISA, com quatro anos, precisava ser alimentado; e que aqueles encontros, reuniões, precisariam ter continuidade, em maior frequência.

Na sequência, **Magaly** solicitou que os presentes indicassem duas instituições que representassem o GTI e beneficiários indígenas do SISA/REM para participarem da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, a ocorrer em dezembro de 2015, em Paris. Foi sugerido pelos presentes as seguintes instituições: AMAAIAC, que acumulava muitos resultados a partir dos investimentos do SISA; e CPI, com todo histórico de atuação na formação dos agentes agroflorestais.

A respeito da nova composição do GTI, Magaly apresentou um quadro que mostrava, de um lado, a primeira formação estabelecida, publicada em Diário Oficial do Estado pela Resolução da CEVA nº 001/20-08-2012; e do outro lado a proposta de composição formulada em reunião desse Grupo em 28 de novembro de 2014. Foi considerado que a duração do GTI havia sido definida, em regimento interno, para até 30 de junho de 2015; e sugerido que fosse instituído o critério da regionalização para a representação das organizações a compor o GTI nos seus próximos trabalhos. Discutiu-se também sobre as organizações que estiveram frequentemente ausentes das reuniões e as dificuldades de comunicação com os representantes para indicação de titulares e suplentes. Em prosseguimento, ficou definido que o IMC consultaria todas as instituições envolvidas sobre seu interesse em fazer parte do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena do SISA, com o prazo de dez dias para resposta, exceto as que já haviam demonstrado interesse em participar e com indicação de representantes titulares e suplentes, por meio de ofício.

Encaminhamentos:

1. A próxima reunião do GTI foi marcada para o dia 23 de novembro de 2015.
2. A pauta da próxima reunião trataria do Edital Indígena de 2016; da definição do calendário de 2016; da nova formação do GTI.
3. Foram indicadas, como representantes do GTI e beneficiários indígenas do SISA, para participarem da COP21: AMAAIAC e CPI.
4. Foi solicitado verificar as demandas de agenda indígena na COP, entre os dias 9 e 10 de dezembro.
5. Foi sugerido que o IMC enviasse e-mail solicitando confirmação de participação das instituições no GTI, com resposta no prazo de dez dias.

Participantes:

Magaly Medeiros (IMC)
Dande Tavares (CDSA)
Marcelo Piedrafita (AEPI)
Maria Luiza Ochoa (CPI/AC)
Francisca Arara (OPIAC)
Eldo Carlos Gomes (OPIAC)
Laura Soriano Yanawá (ASCY)
Aderaldo Correia da Silva (AJC)
Edison Aldete da Silva Jaminawa (AJC)
Edilson Rosa da Silva (AMAAIAC)
Soleane de Souza Brasil (AMAAIAC)
Larissa Barbosa (IMC)